

Indicadores de saúde: abordagem comparativa entre a proposta da OPAS e dos ODS3

Carol de Oliveira Abud, Danilo de Oliveira, Marcelo Lamy, Patrícia Gorisch

PPG *stricto sensu* em Direito da Saúde - Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Santos-SP, Brasil

E-mail: abudcarol@hotmail.com

Resumo: As orientações e implementações de medidas sanitárias dependem de prévia coleta de dados que formam indicadores capazes de reconhecer o estado de saúde que se encontra uma população. Para analisar a importância desses indicadores e como eles podem ser identificados, comparou-se os indicadores de saúde da OPAS com os indicadores dos ODS3. O estudo realizou-se por revisão de literatura, de abordagem descritiva e comparativa. Verificou-se que os indicadores são semelhantes, com nuances de escopo e abordagem diferenciada, evidenciando que a abordagem integrativa entre suas funções é essencial.

Palavras-chave: Avaliação da Situação de Saúde; Desenvolvimento Sustentável; Base de Dados; Política de Saúde; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Health indicators: a comparative approach between PAHO's proposal and SDG3

Abstract: The guidelines and implementation of health measures depend on the prior collection of data that form indicators capable of recognizing a population's state of health. In order to analyze the importance of these indicators and how they can be identified, PAHO health indicators were compared with the SDG3 indicators. The study was carried out using a descriptive and comparative literature review. It was found that the indicators are similar, with nuances in scope and different approaches, showing that an integrative approach between their functions is essential.

Keywords: Health Situation Assessment; Sustainable Development; Database; Health Policy; Sustainable Development Goals.

Introdução

Indicadores são instrumentos que auxiliam um Estado a monitorar a realização progressiva do cumprimento de suas responsabilidades nacionais ou internacionais. Entre suas funções, pode-se exemplificar sua utilidade para: elaboração de políticas públicas, monitoramento das políticas, detecção do cumprimento de obrigações assumidas, construção de medidas preventivas, implementação de boas-práticas, redistribuição de recursos etc.

A análise da situação de saúde de responsabilidade nacional é monitorada pelo Indicadores e Dados Básicos para a Saúde (IDB) coordenados pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), instituída em 1996, pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Esses indicadores são constantemente atualizados pelos dados e fontes de informação captadas pelo próprio sistema de saúde nacional

e permitem uma análise objetiva da situação sanitária, assim como a tomada de decisões baseadas em evidências e a programação de futuras ações de saúde [1].

Em 2015, em Assembleia Geral, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) [2], constituídos por 169 metas específicas, sendo que para cada meta pode haver adaptações à realidade de cada um dos países envolvidos (territorialização). As metas, que podem ser gerais ou adaptadas, são desenvolvidas e norteadas a partir de indicadores. Em apuração realizada em 16 de agosto de 2023, dos 254 indicadores globais cadastrados para os 17 ODS, o Objetivo de número 3 (ODS3), que versa sobre “Saúde e Bem-Estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” possuía 28 indicadores, sendo 17 já produzidos, 11 em análise/construção, todos aplicáveis ao Brasil e nenhum desprovido de dados [3,4].

A hipótese levantada é que, no Brasil, o entendimento sobre as peculiaridades desses indicadores, IDB e dos ODS3, pode redundar em aperfeiçoamento mútuo. A forma pela qual eles se estruturam e suas finalidades é o olhar prioritário deste estudo.

Material e método

O estudo desenvolveu-se pelo método qualitativo através de revisão narrativa de literatura, com abordagem de pesquisa exploratória, descritiva e comparativa [5]. O material e os dados foram coletados de publicações científicas das bases de dados Google Acadêmico, Scielo, *sites* de organizações internacionais e nacionais. A coleta de material ocorreu entre julho e agosto de 2023, tendo como critério de busca: “indicadores de saúde”, “indicadores do ODS3”, “indicadores e Agenda 2030”.

Objetivo

Identificar e descrever bases comparativas entre os Indicadores e Dados Básicos para a Saúde e os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Saúde e Bem-Estar.

Resultados e discussão

Indicador é a unidade utilizada para a análise quantitativa ou qualitativa com a finalidade de medir (de forma representativa) um determinado tema (condição, evento, problema) que possa ser observado em uma situação que “não é a realidade, mas uma expressão incompleta de uma parte dela” [6]. A montagem e concepção do indicador e seu respectivo monitoramento

devem ser condizentes com as diretrizes e necessidades de cada instituição que o mensura, sendo por elas produzido e utilizado com o propósito de legitimar sua implantação [7].

Os indicadores são capazes de qualificar, quantificar e mensurar a eficácia das políticas públicas e a necessidade de intervenções sobre o estado geral das populações. Além disso, a utilização de indicadores é relevante para distribuição e alocação de recursos [8]. Os indicadores são construídos por bases metodológicas, padrões, guias que podem vir de análises estruturais negativas e afirmativas; de processos informativos das políticas públicas; de evolução dos resultados das políticas públicas e de outras fontes de dados [8,1].

Os IDB, cujo âmbito de incidência é nacional, seguem requisitos e metodologias próprias, cobrindo diversos aspectos da saúde no país [1,9]. São classificados pelos subconjuntos: demográfico, socioeconômico, mortalidade, morbidades e fatores de risco, recursos e cobertura, somados à metodologia proposta pela Organização Mundial da Saúde em cooperação com o Ministério da Saúde, através da RIPSA, em ação conjunta com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério da Previdência Social [1]. Seu escopo ampara-se na composição de políticas para a área da saúde e tomadas de decisões [1,8].

Quadro 1. Estrutura evolutiva dos IDB



Fonte: elaborado pelos autores

Para abordagem evolutiva (Quadro 1) percebe-se que os dados são captados para a formação dos indicadores, os quais, por sua vez, servirão de orientação para as políticas em saúde, tomadas de decisão, realocação de recursos etc. Por não serem estáticos, podem sofrer alterações conforme as incidências e necessidades [1].

Os indicadores dos ODS3, atendem os critérios dos indicadores básicos de saúde, integrando-os nos diversos setores atuantes (intersectorialidade), tanto na escala global, regional ou nacional [1], refletindo, diretamente ou indiretamente, a saúde de uma população incorporada aos fatores econômicos, políticos e aos determinantes sociais e ambientais de saúde [9,10], buscando a estruturação perfeita ao critério de sustentabilidade, mas, sobretudo, adequando-se ao conceito de saúde de bem-estar individual, social, ambiental e socioambiental [11]. A coordenação e produção dos indicadores ODS3 pertence ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [9,10,12,13]. Tem como escopo a saúde e a sustentabilidade voltadas, precipuamente, ao cumprimento das metas até o ano de 2030 [12,13].

Quadro 2. Estrutura evolutiva dos Indicadores dos ODS3

Fonte: elaborado pelos autores

Para abordagem evolutiva (Quadro 2) percebe-se que os dados são captados para a formação dos indicadores – baseados até mesmo nos dados dos IDB – e servirão de orientação para o cumprimento das metas gerais e adaptadas para o Brasil. Até o ano de 2030, esses indicadores poderão gerar metas alcançadas [12], estagnadas e não alcançadas [13].

A particularidade dos fatores que distinguem os indicadores básicos de saúde dos indicadores dos ODS3 são dispostas nesse contexto: (i) as fontes de dados que alimentam os IDB são os registros médicos, sistemas de vigilâncias, pesquisas populacionais [1,14], enquanto as fontes de dados dos indicadores dos ODS3, além desses, incluem os dados socioeconômicos e ambientais do país, dada sua natureza interdisciplinar e intersetorial [10,13]; (ii) a coleta de dados dos IDB pode ser padronizada e a mensuração é realizada por métodos epidemiológicos, estatísticos [1,14]; já para os indicadores dos ODS3, a coleta de dados pode ser mais complexa, envolvendo mensuração com múltiplas fontes e metodologias de coleta epidemiológicos, estatísticos e com abordagem multidisciplinar ou multidimensional [10,13]; (iii) no aspecto de estrutura e propósito, pode-se afirmar que os IDB são projetados para representar ou quantificar um aspecto específico relacionado à saúde, as condições sanitárias de uma população, seja um determinante da saúde, um resultado, uma intervenção, de um acompanhamento ou tendências [1,14], enquanto os indicadores dos ODS3 são mais amplos e abordam vários temas, incluindo questões intersetoriais e multisetoriais de bem-estar e determinantes sociais da saúde [10,13].

Considerações finais

Os indicadores básicos para a saúde e os indicadores utilizados nos ODS3 são semelhantes, com determinadas nuances que os diferenciam, sobretudo no escopo e na abordagem. Os indicadores ODS3 estão associados às abordagens holísticas e integrativas das políticas de saúde; ao passo que os indicadores básicos se associam aos aspectos diretos da saúde, suas causas e seus determinantes mais imediatos. Ambos, no entanto, são fundamentais para monitorar progressos, identificar áreas de intervenção e alocar recursos de maneira eficiente. No estágio atual de nosso projeto de investigação, em andamento, é possível afirmar que há indícios de que a conjugação de ambas as metodologias de monitoramento pode ser

vantajosa, pois uma metodologia revelaria com mais profundidade um problema de saúde específico enquanto outra desvelaria as conexões intersetoriais relevantes do mesmo problema.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

1. Rede Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações Organização Pan-Americana da Saúde, Brasília; 2008.
2. Organização das Nações Unidas. Transformar nuestro mundo: la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Septuagésimo período de sesiones de la Asamblea General, resolución A/RES/70/1 [acesso em 14 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.un.org>
3. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório. Síntese [acesso em 14 ago. 2023]. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>
4. Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [acesso em 16 ago. 2023]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>
5. Lamy M. Metodologia da Pesquisa: técnicas de investigação, argumentação e redação. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Matrioska Editora; 2020.
6. Trzesniak P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. Ciência da Informação, Brasília, 27 (2), maio/ago. 1998. p. 159-164 [acesso em 18 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651998000200008>
7. Elias FS, Souza L. Indicadores para monitoramento de pesquisa em saúde no Brasil. Relatos de experiência. Ci. Inf., 35, (3) dez 2006. p. 218-226 [acesso em 14 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000300021>
8. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Indicadores de Saúde: elementos conceituais e práticos [acesso em 14 jul. 2023]. Disponível em: <https://www3.paho.org>
9. Sobral A, Freitas CM. Modelo de organização de indicadores para operacionalização dos determinantes socioambientais da saúde. Saúde soc., 19 (1), mar 2010. p. 35-47. [acesso em 18 ago. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000100004>
10. Kronemberger DMP. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. Cienc. Cult. 71(1), jan./mar 2019. p. 40-45. [acesso em 14 ago. 2023]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100012>
11. Abud CO, Oliveira D, Lamy M. Marcos jurídicos e conceituais da saúde: saúde individual, saúde social, saúde ambiental e saúde socioambiental. In: Anais do VI Encontro Virtual do CONPEDI; 2023. p. 210-231 [acesso em 14 ago. 2023]. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/>
12. Oliveira D. Direito ao desenvolvimento: conceito, natureza jurídica, vinculações estatais e efetividade. São Paulo: Brazil Publishing; 2020.
13. Brasil. Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [acesso em 14 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>
14. Silva ZM, Brito SMMR. Indicadores de saúde: obtenção e análise da situação de saúde. Teresina: EDUFPI; 2020.